



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

*Publicação consolidada da Lei n.º 4.700, de 27 de janeiro de 2009, determinada pelo art. 6º da Lei nº 5.381/2014 e Portaria n.º 782/2014.*

*Texto compilado*

**LEI N.º 4.700, DE 27 DE JANEIRO DE 2009.**

*Estabelece a organização do Gabinete do Prefeito, das Secretarias Municipais e dos demais órgãos do Poder Executivo, e dá outras providências.*

**O Vice Prefeito Municipal no exercício do cargo de prefeito de São Luiz Gonzaga (RS).** Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

***TÍTULO I – DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL***

**Art. 1º** - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, pelos Secretários Municipais e demais Assessores.

**Art. 2º** - A Prefeitura é o órgão de manifestação do Poder Executivo do Município e exerce as seguintes funções:

**I** - Governamental, da qual decorrem os atos de governo, dizendo respeito à condução política e administrativo dos negócios públicos;

**II** - Administrativa, que se expressa pelos atos de execução e compreende o conjunto de serviços integrados na estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito, Secretarias Municipais e Órgãos Vinculados, dirigidos para satisfazer concretamente as necessidades coletivas.

**Art. 3º** - O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais e demais Assessores, exercem as atribuições definidas pelas Constituição Federal e Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Regimentos Internos e demais normas e atos de Delegação de Competência.

***TÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO***

**Art. 4º** - A organização político-administrativa do Poder Executivo do Município de São Luiz Gonzaga é constituída pelo Gabinete do Prefeito, pelo Gabinete do Vice-Prefeito e pelos seguintes órgãos:

**I - Dos órgãos do Gabinete do Prefeito:**

- a) Assessoria Jurídica do Executivo Municipal - AJEM;
- b) Assessoria de Imprensa e Relações Públicas - AIRP;
- c) (Revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- d) Assessoria de Gabinete do Prefeito – AGP;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

- e) Coordenadoria Municipal da Defesa Civil – COMDEC (*acrescentado pela Lei nº 5.103/2012*).
- f) Assessor Técnico Contábil (*acrescentado pela Lei nº 5.349/2014*)

**II - Dos órgãos do Gabinete do Vice-Prefeito:**

- a) Assessoria de Gabinete do Vice-Prefeito – AGVP.

**III - Dos órgãos de estratégia, planejamento, coordenação, controle e organização da Administração:**

- a) Secretaria Municipal da Administração e Desenvolvimento (*Redação dada pela Lei nº 5.381/2014*);
- b) Secretaria Municipal da Fazenda;
- c) Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão (*Redação dada pela Lei nº 5.166/2013*);
- d) Assessoria Jurídica Judicial;
- e) Assessoria Jurídica para Assuntos Administrativos (*acrescentado pela Lei nº 5.349/2014*).

**IV - Dos órgãos de atividades operacionais da Administração:**

- a) Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte – (*Redação dada pela Lei nº 5.166/2013*);
- b) Secretaria Municipal da Saúde;
- c) Secretaria Municipal da Ação Social e Comunitária;
- d) Secretaria Municipal de Serviços, Obras e Viação;
- e) Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente (*Redação dada pela Lei nº 5.381/2014*);

**V - Dos órgãos de cooperação administrativa e de participação da cidadania:**

- a) Conselhos Municipais, criados por lei;
- b) Conselho Comunitário Consultivo da Gestão Pública Municipal e demais Comissões Municipais, criadas por lei ou ato administrativo.

**VI - Dos órgãos de vinculação indireta administrativa:**

- a) Unidade Municipal de Cadastramento do INCRA;
- b) Unidade Municipal da Junta Militar;
- c) Outros definidos em convênios, acordos ou termos de parceria.

**Parágrafo único** - O organograma da estrutura administrativa estabelecida por esta Lei será elaborado mediante edição de Decreto Municipal, no prazo de até 90 (noventa dias) a contar da publicação da presente Lei, estabelecendo as vinculações hierárquicas.

**TÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO.**

**CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS DO GABINETE DO PREFEITO.**

**Art. 5º** - À Assessoria Jurídica do Executivo Municipal (AJEM), incumbe:

**I** - Assessorar os órgãos da Administração Municipal em assuntos de natureza jurídica, verificando a constitucionalidade e legalidade dos atos da Administração, produzindo estudos e emitindo pareceres técnico-jurídicos, sugerindo medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

**II** - Presidir todos os processos administrativos instaurados na Administração, seja por funcionários ou contribuintes;

**III** - Subsidiariamente ou no impedimento da Assessoria Jurídica Judicial (AJJ), representar a Administração e o Município, judicial e extrajudicialmente, em defesa dos direitos e interesses destes;

**IV** - Promover e desenvolver a política de defesa dos direitos dos consumidores.

**Art. 6º** - À Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), incumbe:

**I** – Assessorar o Prefeito em suas atividades sociais e de cerimonial;

**II** - Implementar relações de comunicação entre a administração e a comunidade;

**III** - Promover a divulgação oficial escrita, falada ou televisionada das atividades da Prefeitura, cabendo-lhe o controle, a supervisão e a coordenação da publicidade de todos os Órgãos da Administração;

**IV** - Realizar a comunicação interna da Administração, informando aos diversos órgãos sobre as atividades do conjunto da administração e desenvolver atividades correlatas.

**Art. 7º** - *(Revogado pela Lei nº 5.166/2013)*

**Art. 8º** - À Assessoria de Gabinete do Prefeito (AGP), incumbe:

**I** - Despachar, protocolar e arquivar a correspondência e a documentação do Gabinete; agendar as atividades do Prefeito; registrar em ata as ocorrências e deliberações formuladas em reuniões do Gabinete e desenvolver atividades correlatas;

**II** – Desenvolver assessoramento ao conjunto das ações governamentais e não governamentais, inclusive com outros órgãos de governo municipal, estadual e federal, vinculados diretamente ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 9º** - O Conselho Comunitário Consultivo de Gestão Pública Municipal (CGPM), formado por lideranças comunitárias, convidadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, sem ônus para o município, tem atribuição de aconselhar o Administrador Municipal na formulação das políticas públicas, no planejamento estratégico operacional do Município e receber a prestação de contas das ações desenvolvidas pela gestão pública municipal.

**Parágrafo Único** – O Conselho Comunitário Consultivo de Gestão Pública Municipal, não exercerá poder deliberativo.

## ***CAPÍTULO II – DO GABINETE DO VICE-PREFEITO:***

**Art. 10** - Ao Gabinete do Vice-Prefeito (GVP), além das atribuições constitucionais e legais, incumbe promover as relações institucionais entre os Poderes do Município.

**Art. 11** - À Assessoria de Gabinete do Vice-Prefeito (AGVP), incumbe:

**I** - Despachar, protocolar e arquivar a correspondência e a documentação do Gabinete do Vice-Prefeito; agendar as atividades do Vice-Prefeito; registrar as ocorrências e deliberações e desenvolver atividades correlatas;

**II** – Acompanhar as ações que sejam atribuídas ao Gabinete do Vice-Prefeito.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

***CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE ESTRATÉGIA, PLANEJAMENTO,  
COORDENAÇÃO, CONTROLE E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO:***

***SECÇÃO I – Secretaria Municipal da Administração e Desenvolvimento (Redação  
dada pela Lei nº 5.381/2014)***

**Art. 12** – À Secretaria Municipal da Administração e Desenvolvimento, incumbe:  
*(Redação dada pela Lei nº 5.381/2014)*

**I** - Assistir ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, no que couber, e os demais órgãos da Administração no desempenho de suas atribuições, nos assuntos que digam respeito a atos administrativos e negócios jurídicos, inclusive na esfera judicial;

**II** - Produzir estudos e pareceres necessários à instrução de processos administrativos e à realização de atos e negócios do Município;

**III** - Executar a política de recursos humanos e de seguridade social, bem como supervisionar e coordenar o sistema de recursos humanos;

**IV** - Promover a numeração, registro e publicação dos atos administrativos e das leis;

**V** - Preparar as mensagens e projetos de lei a serem remetidos a Câmara de Vereadores, bem como acompanhar sua tramitação;

**VI** – Executar as atividades de protocolo, distribuição e arquivo de processos administrativos;

**VII** – Coordenar e controlar a realização dos procedimentos licitatórios ou dispensa e inexigibilidade de licitação;

**VIII** – Minutar e registrar os contratos, acordos, convênios administrativos, termos de parceria e outros do gênero;

**IX** - Minutar decretos, portarias e ordens de serviço, expedidos pelo Prefeito Municipal.

**X** - Administrar a zeladoria de prédios públicos;

**XI** - Desenvolver ações correlatas e inerentes a atividade administrativa.

**XII** – Controlar e fiscalizar o trânsito municipal, cuidando da sinalização vertical e horizontal, bem como desenvolver a política administrativa para a área; *(incluído pela Lei nº 5.033/2011)*

**XIII** – Executar a política municipal de desenvolvimento da indústria, do comércio e da prestação de serviços; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XIV** - Formular programas de apoio aos empresários locais, promovendo a geração de emprego e renda; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XV** - Realizar atividades afins e inerentes à área do desenvolvimento industrial e comercial; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XVI** - Implementar ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local e regional; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XVII** – Incentivar os agentes econômicos e sociais do município para construir um projeto de desenvolvimento sustentável, com base nos princípios da cooperação, solidariedade e justiça social; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XVIII** – Promover a gestão geral de governo, visando à garantia da eficiência dos serviços públicos municipais prestados à comunidade; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XIX** – Implantar e gerenciar o Projeto de Governança Comunitária Local, estimulando a articulação de redes sociais territoriais com o objetivo de promover o desenvolvimento local e a inclusão social das comunidades, estimulando o protagonismo, o empreendedorismo e a corresponsabilidade; *(incluído pela Lei nº 5.381/2014);*

**XX** – Promover a articulação com os conselhos municipais, integrando as diferentes interfaces governamentais e estimulando a descentralização do planejamento e da execução das ações. *(incluído pela Lei nº 5.381/2014).*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

**Art. 12A.** A Secretaria Municipal de Administração contará com uma Divisão de Trânsito, que será o órgão executivo de trânsito para efeitos do que determina a Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, encarregado de coordenar as ações relacionadas à circulação viária no âmbito municipal. *(incluído pela Lei nº 5.033/2011).*

**Art. 12B.** A Divisão de Trânsito terá como responsável um Diretor, nomeado pelo Prefeito Municipal, cujo titular será considerado autoridade de trânsito para todos os efeitos legais. *(incluído pela Lei nº 5.033/2011).*

**Art. 12C.** Compete à Divisão de Trânsito, no âmbito da circunscrição municipal *(incluído pela Lei nº 5.033/2011)*:

- I** – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito;
- II** – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- III** – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- IV** – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- V** – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI** – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
- VII** – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e descritas em atos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
- VIII** – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;
- IX** – exercer o controle das obras e eventos que afetem direta ou indiretamente o sistema viário municipal, aplicando as sanções cabíveis no caso de inobservância das normas e regulamentos que tratam a respeito do assunto.
- X** – implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
- XI** – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XII** – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
- XIII** – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
- XIV** – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
- XV** – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
- XVI** – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido na legislação vigente;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

**XVII** – celebrar convênios de colaboração e de delegação de atividades previstas na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com vistas à maior eficiência e à segurança para os usuários da via”.

**Art. 13** - A Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 5.381/2014);

**I** – Assessoria Jurídica para Assuntos Legislativos; ( acrescido pela Lei nº 5.349/2014);

**II** – Assessoria de Desenvolvimento Econômico; ( acrescido pela Lei nº 5.381/2014);

**III** – Interventoria do Hospital; ( acrescido pela Lei nº 5.381/2014);

**IV** - Setor de Pessoal; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**V** – Setor de Apoio Técnico-Administrativo; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**VI** - Setor de Licitações, Atos e Contratos Administrativos; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**VII** – Setor de Distribuição, Registro e Arquivo; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**VIII** - Setor de Zeladoria de Próprios do Município; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**IX** – Setor do Comércio, Indústria e Serviços; ( acrescido pela Lei nº 5.381/2014);

**X** – Setor do Turismo; ( acrescido pela Lei nº 5.381/2014);

**XI** – Divisão de Trânsito; (incluído pela Lei 5.033/2011). (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**XII** – Departamento de Conservação e Sinalização de Vias Públicas; (incluído pela Lei 5.033/2011). (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**XIII** – Departamento de Cadastro e Lançamento; ( acrescido pela Lei nº 5.349/2014 e reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**XIV** – Departamento de Protocolo e Distribuição; (reorganizado pela Lei nº 5.381/2014);

**XV** – Departamento de Informática. ( acrescido pela Lei nº 5.349/2014 e reorganizado pela Lei nº 5.381/2014).

**SECÇÃO II – Da Secretaria Municipal da Fazenda.**

**Art. 14** - À Secretaria Municipal da Fazenda, incumbe:

**I** - Executar a política patrimonial, financeira, orçamentária e tributária do Município;

**II** - Realizar as medidas relacionadas com a escrituração do patrimônio, a receita, a despesa, a fiscalização tributária, o cadastro de contribuintes de bens tributáveis, a contabilidade pública, o controle da execução orçamentária e da dívida pública;

**III** – Responsabilizar-se pelo recebimento, guarda e movimentação de valores e bens móveis;

**IV** – Organizar o sistema de compras da Prefeitura;

**V** - Coordenar o controle interno da gestão fiscal;

**VI** - Exercer a polícia fiscal e de posturas do Município;

**VII** - Promover a realização de ações correlatas e inerentes à atividade fazendária.

**VIII** - Coordenar os procedimentos relativos à prestação de contas de recursos voluntários transferidos ou recebidos.

**IX** – Coordenar, conjuntamente com a Secretaria Municipal do Planejamento, processo de elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Público e do Plano de Investimentos;

**Art. 15** - A Secretaria Municipal da Fazenda é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

**I** - Setor de Compras e Empenhos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

- II** - Setor de Patrimônio e Almoxarifado;
- III** - Setor de Apoio Administrativo, Controle Tributário e Dívida Ativa;
- IV** - Setor de Contabilidade e Tesouraria;
- V** – Setor de Controle e Arrecadação;
- VI** – Setor de Controle de Empenhos e Restos a Pagar;
- VII** - Departamento de Fiscalização Tributária;
- VIII** - Departamento de Tributação e Cadastro.

***SECÇÃO III – Da Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão***

**Art. 16** - À Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão, incumbe:

- I** - Formular o planejamento estratégico da Administração, criando projetos, buscando recursos e divisas para o município;
- II** - Acompanhar e avaliar a implementação do programa de governo e a execução das peças orçamentárias;
- III** – Coordenar e formular conjuntamente com a Secretaria Municipal da Fazenda, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei do Orçamento Público e do Plano de Investimentos;
- IV** - Coordenar assuntos afins e interdependentes que interessam a mais de uma Secretaria;
- V** - Coordenar a execução de projetos e atividades de órgão de atividades fins da Administração, cabendo-lhe privativamente elaborar os projetos técnicos relativos à execução de obras, bem como fazer o acompanhamento desde a fase de licitação até a entrega da obra;
- VI** – Formular estudos e pesquisas sócio-econômicas;
- VII** – Coordenar os procedimentos relativos à prestação de contas de recursos voluntários transferidos ou recebidos;
- VIII** – Realizar ações correlatas e inerentes às atividades de Coordenação e Planejamento da Prefeitura;
- IX** – (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- X** - (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- XI** - (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- XII** - (Revogado pela Lei nº 5.027/2011);
- XIII** – (revogado pela Lei nº 5.033/2011);
- XIV** - (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- XV** - (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- XVI** - (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- XVII** – (revogado pela Lei nº 5.166/2013);

**Art. 17** - A Secretaria Municipal do Planejamento e Gestão é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

- I** – Setor de Planejamento e Projetos;
- II** – (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- III** - (revogado pela Lei nº 5.027/2011);
- IV** – (revogado pela Lei nº 5.166/2013);
- V** – Assessor de Planejamento (incluído pela Lei nº 4.861/2010 e alterado pela Lei nº 5.006/2011);
- VI** – Coordenador de Projetos (incluído pela Lei nº 4.959/2010);
- VII** – Setor Técnico Administrativo (incluído pela Lei nº 5.349/2014);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

***SECÇÃO IV – Assessoria Jurídica Judicial***

**Art. 18** – À Assessoria Jurídica Judicial (AJJ), incumbe:

**I** - Desenvolver as atribuições inerentes ao cargo de Assessor Jurídico Judicial, representando o Prefeito, a Administração e o Município nas ações judiciais, quando demandados ou tenham interesse e legitimidade de propor demanda, em toda a esfera judicial.

**II** - Coordenar a execução das atribuições inerentes ao cargo de Advogado do Município, Assistente Jurídico Judicial e do Assistente Técnico Contábil.

**III** - Subsidiariamente atender as atribuições da Assessoria Jurídica Geral do Executivo Municipal.

**IV** – (Revogado pela Lei nº 5.033/2011);

**V** – (Revogado pela Lei nº 5.033/2011).

***CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO.***

***SECÇÃO I – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte***

**Art. 19** – À Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, incumbe:

**I** – Administrar o Sistema Municipal de Ensino;

**II** – Executar as políticas educacional e cultural do Município, com atuação nas áreas de ensino, assistência ao escolar, atividades culturais, promoção do patrimônio histórico e cultura.

**III** – Estimular e desenvolver a pesquisa educacional;

**IV** – Manter registros sobre as atividades do corpo discente, expedindo, sempre que exigido por interessados, certidões e atestados com base em tais históricos;

**V** – Fiscalizar os serviços ofertados por instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;

**VI** – Planejar, coordenar e supervisionar os serviços de transporte e de merenda escolar;

**VII** – Executar o Plano Municipal de Educação;

**VIII** – Manter e executar ações para manutenção dos Museus;

**IX** – Desenvolver ações afins e inerentes à educação e à cultura;

**X** – (Revogado pela Lei nº 5.166/2013);

**Art. 19A** - À Assessoria de Promoção do Desporto e do Lazer (APDL), incumbe:

**I** – Assessorar a Administração nas políticas de desportos e lazer, coordenando as ações inerentes às atividades desportivas e de lazer do município.

**II** – Assessorar na administração do patrimônio municipal, utilizado ou relacionado com a prática desportiva e de lazer.

**III** – Auxiliar na promoção de eventos desportivos e de lazer em que o município fizer parte.

**IV** – Manter, controlar/fiscalizar o uso dos próprios municipais de lazer existentes no Ginásio, Estádio Municipal e outros;

**V** - Desenvolver toda e qualquer ação afim e inerente ao desporto e ao lazer.

**Art. 20** – A Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esporte é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

**I** – Setor de Apoio Administrativo;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

**II** – Setor de Pedagogia;

**III** – Setor de Apoio à Cultura;

**IV** – (*Revogado pela Lei nº 5.166/2013*);

**V** - Assessoria de Promoção do Desporto e do Lazer – APDL (*Acréscitado pela Lei nº 5.166/2013*)

**SEÇÃO II – Secretaria Municipal da Saúde**

**Art. 21** – À Secretaria Municipal da Saúde, incumbe:

**I** – Executar as políticas de promoção, proteção e recuperação sanitária individual e coletiva, implementando medidas que visem à melhoria da saúde pública, por meio da assistência médica, odontológica e fitoterápica;

**II** – Coordenar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde (SUS);

**III** – Gerenciar a rede de saúde pública local, firmar parcerias para execução dos Programas do Governo Estadual e Federal e executar o Plano Municipal de Saúde;

**IV** – Atuar na ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário;

**V** – Produzir medicamentos básicos para a saúde da população, bem como distribuí-los mediante a execução de programas específicos;

**VI** – Realizar ações correlatas e inerentes à política de saúde do município.

**Art. 22** – A Secretaria Municipal de Saúde é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

**I** – Setor de Apoio Administrativo;

**II** - Departamento de Materiais e Medicamentos;

**III** - Departamento de Faturamento;

**IV** - Departamento de Vigilância Sanitária;

**V** - Departamento de Farmácia;

**VI** – Assessor de Transferência Intermunicipal de Saúde (*Incluído pela Lei nº 4.897, de 14 de julho de 2010*);

**VII** – Coordenador dos ESF,S (*incluído pela Lei nº 5.167/2013*).

**SEÇÃO III – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente** (*redação dada pela Lei nº 5.381/2014*).

**Art. 23** – À Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, incumbe: (*redação dada pela Lei nº 5.381/2014*).

**I** - Administrar e orientar os trabalhos e pesquisas do setor primário, buscando o melhoramento da produção agropecuária, a valorização do homem rural e o abastecimento de produtos agrícolas para a cidade;

**II** – Desenvolver a defesa sanitária animal e vegetal, coordenando os serviços de inspeção de produtos e derivados de animais e vegetais;

**III** - Fomentar projetos de desenvolvimento rural, de cooperativismo e associativismo;

**IV** – Desenvolver ações correlatas e inerentes às áreas de agricultura, pecuária e abastecimento de alimentos;

**V** - Implementar e executar ações aos assentamentos existente no município, coordenando e organizando parcerias para manter e melhorar a infra-estrutura e as condições de vida das pessoas do interior;

**VI** - (*Revogado pela Lei nº 4.730/2009*);

**VII** - (*Revogado pela Lei nº 4.730/2009*);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

- VIII** - *(Revogado pela Lei nº 4.730/ 2009);*  
**IX** - *(Revogado pela Lei nº 4.730/2009);*  
**X** - *(Revogado pela Lei nº 4.730 2009).*  
**XI** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014).*  
**XII** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014).*  
**XIII** *(revogado pela Lei nº 5.381/2014).*  
**XIV** - Desenvolver políticas de proteção ambiental e dos recursos hídricos, integrando meio-ambiente e produção *(Acrescentado pela Lei nº 5.166/2013);*  
**XV** - Executar ações visando a conservação e utilização sustentável de ecossistemas e à preservação da biodiversidade *(Acrescentado pela Lei nº 5.166/2013);*  
**XVI** - Fiscalizar e manter o uso e o cuidado do horto florestal e da horta do município *(Acrescentado pela Lei nº 5.166/2013);*  
**XVII** - Realizar ações correlatas e inerentes ao meio ambiente do município *(Acrescentado pela Lei nº 5.166/2013);*  
**XVIII** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014).*

**Art. 24** - A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos: *(redação dada pela Lei nº 5.381/2014)*

- I** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014);*  
**II** - Setor de Agropecuária;  
**III** - *(Revogado pela Lei nº 4.730/2009);*  
**IV** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014);*  
**V** - *(revogado pela Lei nº 5.381/2014);*  
**VI** - Setor de Proteção Ambiental *(acrescentado pela Lei nº 5.166/2013).*  
**VII** - Departamento Ambiental *(acrescentado pela Lei nº 5.349/2014).*

**SEÇÃO IV – Secretaria Municipal da Ação Social e Comunitária**

**Art. 25** – À Secretaria Municipal da Ação Social e Comunitária, incumbe:

- I** - Promover a orientação e a recuperação social, no campo da assistência e da organização, buscando fortalecer a cidadania dos membros da comunidade e dando atenção às medidas sócio-educativas;  
**II** – Atender as demandas referente a assistência social provenientes do Poder Judiciário;  
**III** - Implantar políticas de proteção dos direitos da criança e do adolescente;  
**IV** - Realizar a integração social do idoso, bem como a proteção dos seus direitos;  
**V** - Implementar programas de formação e qualificação para o trabalho;  
**VI** - Implementar programas de habitação popular;  
**VII** - Realizar tarefas correlatas e inerentes à ação social e comunitária e do mundo do trabalho.

**Art. 26** – A Secretaria Municipal da Ação Social e Comunitária é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

- I** – Assessoria Especial de Assistência Social;  
**II** – Coordenador do CRAS; *(acrescentado pela Lei nº 4.710/2009);*  
**III** – Setor de Assistência Social do CRAS; *(acrescentado pela Lei nº 4.710/2009);*  
**IV** – Setor de Psicologia do CRAS; *(acrescentado pela Lei nº 4.710/2009);*  
**V** - Setor de Administração e Estruturação da Assistência;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

- VI** - Setor de Habitação Popular;
- VII** – Setor do Sine; (*acrescentado pela Lei nº 4.756/2009*);
- VIII** - Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente (*reorganizado os incisos – Lei nº 4.756/2009*);
- IX** - Departamento de Assistência e Segurança Alimentar (*reorganizado os incisos – Lei nº 4.756/2009*);
- X** - Departamento de Assistência ao Idoso e Clubes de Mães (*reorganizado os incisos – Lei nº 4.756/2009*);
- XI** - Departamento de Organização Social e Comunitária (*reorganizado os incisos – Lei nº 4.756/2009*).

**SECCÃO V – Secretaria Municipal de Serviços, Obras e Viação.**

**Art. 27** - À Secretaria Municipal de Serviços, Obras e Viação, incumbe:

- I** – Planejar e executar a política paisagística e urbanística do Município;
- II** - Realizar atividades relacionadas com a construção de obras públicas, observado o plano de investimentos;
- III** – Exercer a polícia de construções, fiscalizando a edificação de obras particulares, aplicando o Código Municipal de Obras e, quando couber, o Código Municipal de Posturas, concedendo ou não licenças e alvarás pertinentes;
- IV** – Coordenar e executar as chamadas atividades públicas essenciais, como a manutenção da iluminação pública, os serviços de abastecimento de água que integram o sistema municipal e os serviços de esgoto e drenagem;
- V** – Promover a manutenção da malha rodoviária municipal do interior e da zona urbana;
- VI** - (*Revogado pela Lei nº 5.033/2011*);
- VII** – Exercer o controle e a fiscalização do serviço municipal de transporte coletivo ou individual, urbano ou rural, concedido, permitido ou autorizado a particulares;
- VIII** - Realizar os serviços de manutenção e recuperação mecânica de veículos e máquinas da Prefeitura;
- IX** - Desenvolver ações correlatas e inerentes ao campo de obras e engenharia.
- X** - Implementar a política de gerenciamento de resíduos sólidos da cidade, da coleta e destino final, incluindo a coleta seletiva e a reciclagem do lixo;

**Art. 28** - A SEMOV é constituída pelo Gabinete do Secretário e pelos seguintes órgãos:

- I** - Setor de Apoio Técnico-Administrativo;
- II** - Setor de Obras e Engenharia;
- III** - Setor de Serviços Urbanos;
- IV** - Setor de Estradas;
- V** - Setor de Manutenção de Máquinas e Equipamentos;
- VI** - Setor de Iluminação Pública;
- VII** - Departamento de Controle de Uso de Máquinas e Equipamentos;
- VIII** – Departamento de Água e Esgoto;
- IX** – Departamento de Limpeza e Conservação de Próprios Municipais;
- X** - (*Revogado pela Lei nº 5.033/2011*);
- XI** – Departamento de Coleta de Resíduos Sólidos;
- XII** - Departamento de Manutenção de máquinas e equipamentos (*incluído pela Lei nº 4.706/2009*).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

***CAPÍTULO V - DOS ÓRGÃOS DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE***

**Art. 29** - Os Conselhos e Comissões Municipais são órgãos colegiadas e representativos da sociedade civil e da esfera governamental destinados a cooperar com o Poder Executivo e garantir a participação popular na elaboração das políticas públicas municipais.

**Parágrafo único** - Os órgãos de cooperação administrativa e de participação popular, a que se refere o *caput*, são aqueles criados por lei e vinculados ao Gabinete do Prefeito e às unidades a que tenham correspondência, de conformidade com seus atos de criação.

***CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA***

**Art. 30** - Os órgãos de vinculação administrativa têm seu funcionamento definidos nos convênios firmados com os governos do Estado e Federal e instituições de origem.

***TÍTULO IV - DO RELACIONAMENTO INTERNO***

**Art. 31** - Subordina-se diretamente ao Prefeito, as Assessorias, as Secretarias e a Assessoria Jurídica Judicial. Os órgãos das Secretarias subordinam-se aos Secretários a que se vinculam ao Prefeito Municipal.

**Parágrafo único** - As Secretarias, Assessorias e Advocacia Geral do Município manterão relação horizontal entre si.

**Art. 32** - Os servidores públicos subordinam-se ao Prefeito Municipal, aos titulares dos órgãos, Coordenação, Chefes de Setores e Departamentos em que estão lotados.

**Art. 33** - A natureza da relação hierárquica entre os órgãos de Cooperação Administrativa e de Participação da Cidadania serão aquelas definidas nas Leis respectivas ou atos administrativos da respectiva criação.

***TÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE SECRETARIAS***

**Art. 34** - As atribuições, encargos e as exigências legais para preenchimento dos cargos nas Assessorias, Coordenadorias, Setores, Departamentos e Diretores serão definidas por Decreto, em até 90 (noventa) dias após a publicação deste diploma legal.

***TÍTULO VI – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA***

**Art. 35** - A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-se na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

**Art. 36** - É facultado ao Prefeito e aos Secretários delegar competência para a prática de atos administrativos e de gestão.

**Parágrafo único** - O ato de delegação indicará com precisão as atribuições delegadas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

***TÍTULO VII – DO CONTROLE INTERNO DAS ATIVIDADES DA  
ADMINISTRAÇÃO***

**Art. 37** – O Controle Interno Geral em todos os órgãos e níveis será exercido pelo Gabinete do Prefeito e pelos órgãos de ação estratégica das atividades da Administração, sendo que cada órgão é responsável pelo seu controle, mediante a atuação da chefia competente.

**Parágrafo único** – Inobstante o controle a que se refere o *caput*, haverá ação do sistema de controle interno do Município, na forma que dispuser a lei.

**Art. 38** - O exercício do controle referido neste título se estende, especialmente, à execução de programas, aos atos administrativos e de gestão, à celebração de negócios jurídicos, à aquisição de mercadorias e contratação de serviços, à realização de serviços, à execução direta ou indireta de obras, à admissão de pessoal, à aplicação de recursos públicos e à guarda de bens, e compreende a verificação da eficiência e eficácia atingidas e a adequação às normas que governam a atividade específica do órgão controlado, bem como a legislação de Direito Público que estabelece regras de controle da Administração Pública.

***TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS***

**Art. 39** – O quadro dos Cargos de Provimento Efetivo referido no artigo 3º da Lei n.º 2.338, de 01 de agosto de 1990, permanece conforme o estabelecido no anexo I desta Lei.

**Art.º. 40** - O quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas de que trata o art. 19 da Lei n.º 2.338, de 01 de agosto de 1990, passa a vigorar com a redação do anexo II desta Lei.

**Art.º. 41** - O quadro da Tabela de Pagamentos dos Cargos e Funções Gratificadas de que trata o art. 24 da Lei n.º 2.338, de 01 de agosto de 1990, permanece com a redação do anexo III desta Lei.

**Art. 42** – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transformar ou utilizar as dotações orçamentárias dos órgãos extintos, transformados ou criados por esta Lei, podendo para tanto abrir créditos adicionais suplementares e especiais na Lei Orçamentária do atual exercício.

**Art. 43** – Permanece revogado o disposto no Parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 2334/90.

**Art. 44** – Ficam revogadas as Leis n.º 4.035/02, 4.094/03, 4.241/04, 4.338/05, 4.345/05, 4.364/06, 4.501/07, 4.551/07, 4.557/07, 4.615/08 e 4.617/08.

**Art. 45** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga (RS), em 27 de janeiro de 2009.**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - SEMAD**

**Mario Meira**  
**Vice Prefeito no exercício do cargo de Prefeito.**

**Registre-se e publique-se.**

**Milton Nei Neves do Amaral**  
**Secretário Municipal da Administração, Coordenação e Planejamento**

LEFL/SEMADOP  
11/11/27/01/2009